

PARECER N.º /2023.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, SANEAMENTO E ASSISTENCIA SOCIAL.

PROJETO DE LEI N.º 39/2023.

OBJETO: INSTITUI O PROGRAMA MÃES NA ESCOLA.

AUTORA: VERADORA ANDRÉA MACHADO.

RELATOR: VEREADOR TIÃO DO RODO.

1. Relatório:

Trata-se do Projeto de Lei n.º 39/2023, de autoria da Vereadora Andréa Machado, que “institui o Programa Mães na Escola”.

Recebido no dia 17/4/2023 o Projeto de Lei n.º 39/2023 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos para exame e parecer nos termos e prazos regimentais (**fls. 6**).

A Comissão de Justiça Manifestou-se favoravelmente à matéria, conforme o Parecer n.º 134/2023.

A Comissão não se manifestou, conforme despacho de fls. 17.

Por fim, o Projeto de Lei em comento foi distribuído à Douta Comissão de Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social para análise e emissão de parecer sob a relatoria deste Vereador por força do r. despacho.

2. Fundamentação:

A competência desta Comissão está prevista no inciso IV do artigo 102 do Regimento Interno que assim diz:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente:

(...)

IV - Educação, Saúde, Saneamento e Assistência Social:

- a) política e sistema educacional, inclusive creches, e recursos humanos, materiais e financeiros para a educação;*
- b) criação de escolas e modificação da estrutura do sistema do ensino fundamental;*
- c) normas emitidas pelo Conselho Municipal de Educação;*
- d) assuntos relativos à saúde, saneamento básico e assistência social em geral;*
- e) organização da saúde, em conjunto com o sistema unificado de saúde;*
- f) ações e serviços de saúde pública, campanhas de saúde pública, erradicação de doenças endêmicas e imunizações;*
- g) medicinas alternativas;*
- h) higiene, educação e assistência sanitária;*
- i) atividades médicas;*
- j) controle de drogas, medicamentos e alimentos, sangue e hemoderivados;*

O Projeto de Lei n.º 39/2023 dispõe sobre o Programa Mãe na Escola, com a finalidade de reservar espaço destinado à amamentação dentro do ambiente escolar.

A autora Vereadora Andréa Machado justifica o Projeto de Lei n.º 39/2023 nos seguintes termos:

Com a finalidade de promover e apoiar a amamentação infantil, bem como reduzir a evasão escolar, o presente projeto institui o programa Mãe na Escola.

Sabe-se que, no Brasil, há alta incidência de gravidez na adolescência, justo em uma fase da vida que grandes decisões para o futuro são tomadas e, infelizmente, a gravidez precoce impacta nessas tomadas de decisão.

Há evidente relação entre a gravidez precoce e a evasão escolar, o que requer atenção para promover ações que visem a reduzir essa evasão.

A existência de espaço adequado para a amamentação, sem dúvida, contribuirá positivamente para o acolhimento desses jovens pais e para a garantia da proteção integral da criança e do adolescente.

Este relator concorda com a matéria apresentado pela nobre autora, em conformidade com sua justificativa, bem como com o Parecer n.º 134/2023, favorável, da Comissão de Justiça que assim argumentou:

A Portaria n.º 604, de 10 de maio de 2017, do MEC, assegura que todas as mães lactantes têm o direito à amamentação, assegurado em todas as instituições do sistema federal de ensino, independentemente da existência de locais,

equipamentos ou instalações reservados exclusivamente para esse fim. Sinaliza o direito de a mulher poder amamentar livremente.

O uso de uma sala deve ser uma decisão unicamente da mãe, voluntária, e não uma questão compulsória.”

No Estado de Minas Gerais há a Lei n.º 22.439/2016, que dispõe sobre o direito ao aleitamento materno nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados, nos seguintes termos:

Art. 1º É assegurado à lactante o direito de amamentar nos estabelecimentos de uso coletivo, públicos ou privados, em local de sua escolha, ainda que, nesses estabelecimentos, estejam disponíveis locais exclusivos para a amamentação.

Art. 2º Proibir a amamentação ou criar situação de constrangimento para a lactante sujeitará o estabelecimento de que trata esta lei à multa de 300 Ufemgs (trezentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais).

A lei mineira garante que o ato da amamentação em público, muitas vezes reprimido e repudiado, seja integralmente garantido à lactante quando, onde quiser e for preciso fazê-lo, independentemente da existência de lugar específico ou reservado para esse ato, seja em local público ou privado.

Diante disso, este Relator entende que a matéria seja plausível, considerando a sua relevância, bem como que a mera reserva de espaço adequado, sendo este mais confortável à amamentação, não proíbe a mãe de amamentar onde quer que seja.

Sem mais considerações, passa-se à conclusão.

3. Conclusão:

Em face do exposto, quanto ao mérito da matéria, opino pela conveniência e oportunidade do Projeto de Lei n.º 39/2023.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 21 de agosto de 2023; 79º da Instalação do Município.

VEREADOR TIÃO DO RODO
Relator